

João Peixoto

**“As Teorias Explicativas das Migrações:
Teorias Micro e Macro-Sociológicas ”**

Nº 11/2004

SOCIUS Working Papers

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa

SOCIUS Working Papers

Publicação seriada do

SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações

Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa

Rua Miguel Lupi, 20

1249-078 Lisboa, Portugal

Tel: 21 3951787 / 21 3925800

Fax: 210 3951783

E-mail : socius@iseg.utl.pt

João Peixoto *

“As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas” **

1 - O Enquadramento Disciplinar

1.1 - A Explicação das Migrações e os Paradigmas Teóricos

A história disciplinar das teorias sobre as migrações é, em vários aspectos, atribulada. O tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram ¹. Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram - no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX -, quer sob a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores. Ao longo do século XX, as ligações disciplinares das teorias sobre migrações não são também evidentes. Apesar de um interesse crescente pelo fenómeno, referências mais ou menos desenvolvidas dispersaram-se por várias ciências (com critérios de inserção nem sempre claros). Na sociologia actual, o tema das migrações não surge, na maioria das vezes, autonomizado (ao contrário de temas “clássicos” como o trabalho, a educação ou as questões territoriais), acontecendo o mesmo em outras ciências sociais. Entre as várias disciplinas, aquela que lhe tem dado mais atenção tem sido, talvez, a geografia, dados os vínculos comuns com o espaço. O facto de muitos geógrafos utilizarem regularmente contributos teóricos provenientes de outras ciências sociais reflecte, talvez, a situação geral dos estudos sobre o tema.

As desvantagens da “terra de ninguém” têm sido, sob uma outra perspectiva, as vantagens da interdisciplinaridade. Uma vez que as raízes disciplinares são débeis e que o tema importa a um variado número de especialistas, ele tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento recíproco (dado o relativamente reduzido número de

* SOCIUS, ISEG/UTL.

** Texto originalmente publicado em *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Dissertação de doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 1998, pp. 39-68.

investigadores) tem permitido grandes benefícios. Como sublinha Jansen, ao referir-se à inexistência (esperada) de uma “teoria geral da migração”,

“A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante” (Jansen, 1969: 60).

A evolução dos estudos sobre migrações - assunto cuja amplitude escapa aos objectivos deste trabalho - revela um panorama interessante. O único autor considerado “clássico” deste tema é Ravenstein. Este autor, geógrafo e cartógrafo inglês da viragem do século XIX para o XX, é, quase invariavelmente, o decano das referências bibliográficas da teoria migratória, citado em trabalhos oriundos de diferentes ciências sociais. Ravenstein publicou, no final do século XIX, dois textos sobre as “leis das migrações”, acerca de fluxos internos e internacionais (Ravenstein, 1885 e 1889). Em certa medida, a natureza destes estudos pode ser considerada primária: eles são, essencialmente, uma dedução teórica baseada na realidade empírica, não muito sistemática, então disponível - primeiro o Recenseamento britânico de 1881 e, depois, dados para um conjunto mais alargado de países (europeus e norte-americanos). Algum positivismo do autor, típico da época (apesar da verosimilhança de muitas das suas asserções, reconhece-se hoje serem inacessíveis não apenas estas, como muitas outras “leis”), não é, também, totalmente contrabalançado por uma teoria mais abrangente - como sucedia em outros autores de então ². Apesar disto, o carácter precursor de Ravenstein é notório. Em primeiro

¹ Para as referências, insertas neste capítulo, acerca das diversas tradições sociológicas, incluindo o debate existente entre as abordagens holistas e individualistas e, de forma relacionada, as leituras sociológica e económica da realidade, consulte-se Ferreira *et al.*, 1995 e Ferreira *et al.*, 1996.

² As “leis da migração”, apresentadas no primeiro estudo de Ravenstein, em 1885, são as seguintes: “(1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as «correntes de migração» dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atracção para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. (3) O processo de dispersão é o inverso do de atracção. (4) Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. (6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país. (7) As mulheres são mais migratórias do que os homens” (extraído do Índice do Vol. 48 do *Journal of the Royal Statistical Society*, 1885, p. 710; ver, para mais pormenores, Ravenstein, 1885: 198-9). No seu tratamento de Ravenstein, e com base nos comentários de 1889, Lee (1969: 283) subsume aqueles sete enunciados a cinco, e acrescenta-lhes dois outros: o do aumento da migração com o progresso tecnológico (desenvolvimento dos meios de locomoção, indústria e comércio); e o da dominância dos motivos económicos (predominância do desejo de melhoramento dos aspectos “materiais” da vida humana). Podemos admitir, entretanto, que a acusação de “positivismo” ao autor não é totalmente fundada. No texto de 1889 Ravenstein escreve: “Estou perfeitamente consciente de que as nossas leis da população, e as leis económicas em geral, não têm a rigidez das leis físicas, porque estão continuamente sob a interferência da acção humana (*human agency*)” (Ravenstein, 1889: 241). De outro ponto de vista, e igualmente a favor do autor, encontra-se o facto de, apesar do carácter aparentemente “avulso” das suas leis, uma linha teórica coerente lhes estar subjacente (ver à frente).

lugar, apresenta uma análise empírica pormenorizada dos fenómenos migratórios, onde se reconhecem muitos dos procedimentos metodológicos ulteriores. Em segundo lugar, vários dos temas e conceitos que anuncia são os posteriormente estudados: classificações de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atracção e repulsão, efeito da distância, contra-correntes, acção de estímulos económicos, etc..

O mais importante, para o argumento que esboçamos, é a teoria implícita que Ravenstein anuncia. Tal como é hoje generalizadamente reconhecido, o autor está na base de todos os modelos modernos de atracção-repulsão - ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de *push-pull* (cf., por exemplo, Jackson, 1991: 20-2). A filiação paradigmática destes modelos é, como se sabe, clara. Eles consideram que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões A e B, e de dados contextuais respeitantes à sua situação individual e grupal, se decide pela permanência ou pela migração. De um certo ponto de vista, a existência de regiões (ou países) com características económicas desiguais pode ser lido de uma forma mais “estrutural”. A acepção que encontramos nestes modelos - e em Ravenstein - é, no entanto, típica de uma leitura económica neo-clássica da realidade. Os factores e as “variáveis intervenientes” apenas actuam como precursores da decisão de um agente racionalmente motivado.

Este tipo de raciocínio radica na ciência económica, de raiz marginalista, dominante do final do século XIX. De alguma forma, o facto de Ravenstein ter sido reivindicado - também - pela sociologia, ao longo do século XX, como um “clássico” das migrações, demonstra o carácter transversal desta área temática. Se lembrarmos que a sociologia, no final do século passado, se consolidava, enquanto disciplina autónoma, por uma leitura holista e estruturalista da realidade - em que os comportamentos individuais resultam de forças sociais profundas (Durkheim) ou de relações sociais inevitáveis (Marx); se recordarmos que, ao longo da maioria do século XX, foi ainda este tipo de leitura que predominou, na forma do funcionalismo (Parsons) ou das teorias neo-marxistas - veremos como a “sociologia das migrações” foi, desde o seu início, um território à margem dos principais debates paradigmáticos nesta ciência. É certo que a sociologia possuiu, sempre, uma leitura dual, com complementaridade entre as perspectivas estruturalistas e as que enfatizavam o papel da acção (linha teórica de que a obra de Weber é o melhor exemplo). Mas o interessante, no campo de análise das migrações, é que este tipo de “dualismo” permaneceu ao longo da história da disciplina (mesmo quando existiram leituras bem demarcadas por parte de alguns autores).

A ideia de um desenvolvimento interdisciplinar do estudo das migrações reforça-se com a visão das principais obras de referência das primeiras décadas deste século. Numa perspectiva

ampla, alguns dos trabalhos pioneiros das teorias migratórias têm uma dimensão nitidamente sociológica: é o caso do clássico de Thomas e Znaniecki, editado entre 1918 e 1920, acerca da integração dos camponeses imigrados da Europa Oriental nas cidades norte-americanas; ou de outros textos da Escola de Chicago - com destaque para os de Park -, sobretudo desde 1915, acerca da integração e conflitos urbanos, em larga parte devidos à absorção migratória. Não foi por acaso que estas obras tiveram uma apropriação por outras áreas disciplinares da sociologia, incluindo os estudos sobre a família, a ruralidade e, sobretudo, a sociologia urbana (cf. Ferreira, 1992). Os textos que se integraram explicitamente no domínio das migrações foram outros: a compilação de Dorothy Thomas (1938), editada no final dos anos 30, acerca da selectividade migratória - que reúne contributos provenientes de diversas áreas paradigmáticas; o texto de Zipf (1946) e os de Stouffer (1940 e 1960), acerca da relação entre mobilidade e distância e das “oportunidades intervenientes” (*intervening opportunities*) - que se inserem na tradição aberta por Ravenstein e iniciam uma formalização matemática crescente do problema; o de Rossi (1955), acerca do ciclo de vida e mobilidade residencial urbana - que se integra explicitamente na “investigação social” (e “psicologia social”), embora sem grande apoio nos principais paradigmas sociológicos de então; o de Rose (1970/1958), acerca da relação entre “distância” e “estatuto sócio-económico dos migrantes” - que procura articular as análises quantitativas de Stouffer com a “variável sociológica” do estatuto; ou o de Lee (1969/1966) - texto que surge numa revista de “demografia” e procura conjugar as múltiplas referências teóricas anteriores, incluindo a de Ravenstein, numa (novamente ambiciosa) “teoria da migração”.

O facto de muitos destes textos se basearem na assumpção de “escolha racional” do migrante, apresentando uma ligação à perspectiva neo-clássica da economia (o racionalismo económico); se articularem com a análise geográfica, dada a importância da dimensão espacial; não utilizarem, quando se inserem na sociologia (sobretudo americana - muitos são publicados em revistas sociológicas desta nacionalidade), muita da linguagem funcionalista de então; e terem sido, depois, amalgamados no estudo dos “aspectos sociológicos” das migrações (cf. Jansen, 1969, por exemplo) - revela o pioneirismo interdisciplinar desta área, quer no campo mais vasto das ciências sociais, quer no da sociologia em particular. Note-se, neste aspecto, que a maior abertura da sociologia às correntes do individualismo metodológico seria posterior aos anos 60. O facto de a linha teórica aberta pela Escola de Chicago, na universidade americana, ter sido parcialmente tomada pelos estudiosos das migrações revela também a sua heterodoxia: os teóricos de Chicago só em escasso grau têm a ver com o que seria a sociologia americana dominante durante a maioria do século XX³.

³ Se a interdisciplinaridade é clara quando recorremos à leitura de algumas obras de referência da “sociologia das migrações”, o mesmo sucede se consultarmos alguns textos oriundos da economia, geografia ou demografia. Se

O esquecimento a que a sociologia clássica (e, em consequência, a sociologia contemporânea) votaria os temas migratórios daria lugar, vários anos mais tarde, a algumas atitudes de protesto. O caso mais interessante parece ser o de Musgrove. Este autor, sociólogo britânico (ignorado no *mainstream* sociológico), proporia no início dos anos 60 (Musgrove, 1963) uma extensão dos conceitos de Weber, de modo a constituir uma sociologia explícita da migração. Musgrove - cujo trabalho voltaremos a referir na Parte II - considerou que existia, sobretudo desde o final do século XIX (no caso britânico), uma crescente mobilidade territorial das “elites”, como consequência da formalização crescente dos processos educativos e profissionais (criação de credenciais escolares e de exercício profissional) e do aumento generalizado da necessidade de qualificações de ambos os tipos. A sua ideia era a de que a formalização dos processos de constituição das elites (económicas, políticas, etc.) implicava uma diminuição dos vínculos de tipo informal (ou, poderíamos dizer, “comunitário” - no sentido de Tönnies) com as comunidades locais. Assim, na sua opinião,

“A tendência crescente, ao longo do último século, para (...) os líderes locais provirem de outros lugares constitui uma grande revolução social. Antes, as conexões locais e a posse de propriedade (...) eram qualificações desejáveis, senão essenciais, para os líderes voluntários locais. (Hoje), eles são conhecidos por aquilo que fazem, mais do que por aquilo que são” (Musgrove, 1963: 11).

O autor cria, em resultado, o conceito de “migratoriedade” (*migratoriness*), que pensa ser uma das dimensões fundamentais da modernidade. Segundo ele - numa passagem com óbvias implicações sobre as teorias clássicas -, a “(...) migratoriedade é uma dimensão negligenciada da mudança, que Max Weber descreveu, entre a liderança «tradicional» e a «racional-legal»” (id., *ibid.*: 12).

Podemos admitir, em conclusão, que a bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto as que provêm de diferentes disciplinas do social como as que envolvem os próprios debates internos da sociologia. No primeiro caso, se buscarmos as teorias que têm procurado explicar a natureza do processo migratório, encontraremos várias ascendências teóricas. Por outras palavras, aquilo que vulgarmente se designa por “sociologia das migrações”

lernos os dois textos insertos na *International Encyclopedia of Social Sciences*, publicada em 1968, acerca dos “aspectos sociais” (Petersen, 1968) e dos “aspectos económicos” (Thomas, 1968) da migração, as diferenças são reduzidas: eles tratam praticamente dos mesmos problemas e apenas um maior enfoque explícito nos “motivos não económicos” e nos “económicos”, para além de uma bibliografia algo diversa, lhes confere singularidade. Os textos de Greenwood (1975) e Greenwood *et al.* (1991), provenientes da área económica, revelam também este carácter “misto”: entre as questões abordadas, muitas relevam de outras áreas disciplinares. Podemos admitir que a diferença mais evidente entre os diferentes tratamentos disciplinares seja, talvez, de tipo formal ou metodológico. As abordagens sociológicas privilegiam, em geral, um tratamento mais qualitativo, embora possam recorrer a um tratamento quantitativo (demográfico) simples do problema. Os estudos económicos diferenciam-se pelo uso intensivo de modelos matemáticos, que tornam parte das suas referências inacessíveis a um leitor oriundo de outras áreas científicas. As análises geográficas e demográficas caracterizam-se por uma utilização variada de metodologias: temas qualitativos (sobretudo na geografia) e uma utilização, mais ou menos aprofundada, da matematização (no caso da demografia, as análises consistem tanto em elaboradas formalizações como em tratamentos relativamente incipientes do fenómeno).

pode ser considerado como uma amálgama de referências proveniente de diferentes ciências sociais. No segundo caso, a coexistência de explicações sociológicas de tipo “micro” - como as que envolvem o processo racional de tomada de decisão - e de tipo “macro” - como as que referem a existência de “forças” que impelem à migração (como sucede em Musgrove) - é notória ao longo do tempo. A maior parte destas teorias tem sido desenvolvida para a análise “clássica” dos movimentos migratórios. É provável, no entanto, que o seu carácter interdisciplinar se reforce ao observarmos as novas formas de “mobilidade”. A análise da “circulação” e de todas as formas de mobilidade que se afastam da “migração” mais corrente (incluindo a mobilidade “virtual”) obriga, certamente, a uma conjugação reforçada de perspectivas teóricas.

1.2 - As Teorias das Migrações e a Sociologia Económica

A natureza das fronteiras disciplinares dos estudos sobre migrações favorece, de forma clara, a sua ligação aos temas da sociologia económica. Esta última disciplina é, ela própria, de delimitação difícil. A sua existência varia entre obras clássicas onde a fusão de referências é completa (os casos típicos de Marx ou Weber), projectos “imperiais” provenientes da sociologia ou da economia (tendo Parsons e Becker como os máximos expoentes), tentativas pontuais de aproximação temática (como é o caso de Schumpeter ou várias especializações da sociologia, como a sociologia do trabalho) e a referência recente a uma “nova sociologia económica” (iniciada por Granovetter e divulgada, entre outros, por Swedberg) (acerca das relações entre economia e sociologia e da constituição da sociologia económica consulte-se Ferreira *et al.*, 1996 e, em particular, Marques *et al.*, 1996). A natureza aberta das fronteiras disciplinares da sociologia económica convida, claramente, a uma relação com o tema migratório, ele próprio de desenvolvimento interdisciplinar.

De forma explícita, a relação entre estas duas áreas teóricas tem sido escassamente abordada. As referências a uma articulação temática podem ser encontradas em vários autores, mas raramente de forma sistemática (cf., por exemplo, Martinelli e Smelser, 1990 ou Waldinger, 1994). Nestes casos, a confluência de teorias não parece ultrapassar uma motivação pontual. No pólo oposto, Alejandro Portes é, provavelmente, o autor que mais tem aprofundado o estudo das migrações com recurso às perspectivas abertas pela sociologia económica (cf. Portes, 1995a e 1995b; Portes e Böröcz, 1989; Portes e Sensenbrenner, 1993). O uso de um instrumental teórico proveniente da economia e da sociologia não é original neste autor. Com uma intensidade variável, quase todos os estudiosos das migrações o fazem, mesmo que de forma não consciente. O que há de mais saliente nos seus textos tem sido o recurso aos conceitos desenvolvidos pela

“nova sociologia económica” - como os de *embeddedness*, capital social ou redes sociais - como pontos privilegiados de iluminação de questões migratórias.

Vejamos, em primeiro lugar, algumas referências gerais. Ao indicar as principais problemáticas da sociologia económica, Martinelli e Smelser (1990) individualizam, entre outras, as questões migratórias. Segundo eles, um dos impactos do desenvolvimento económico na sociedade, dados os desníveis de produtividade, a reafectação de recursos, os novos mercados e tipos de distribuição, é a “distribuição geográfica dos recursos humanos”.

“Dependendo do padrão de desenvolvimento” - escrevem -, “esta migração pode dirigir-se de uma sociedade para outra, ser interna a uma sociedade ou, como caso particular, ligar zonas de actividade por parte de empresas multinacionais. Entre as múltiplas consequências deste facto encontram-se a perturbação dos padrões residenciais, o choque cultural e a aculturação, os novos contactos e conflitos étnicos, diferentes tipos de pressão sobre as infra-estruturas (tal como transportes e educação) à medida que as áreas se «enchem» ou se «esvaziam», e a criação de novos centros urbanos com os seus inevitáveis problemas sociais” (id., *ibid.*: 47).

Se observarmos, em profundidade, algumas noções da sociologia económica poderemos captar perspectivas analíticas mais restritas. Um conceito central às aproximações teóricas recentes é o de *embeddedness*. Este conceito foi recentemente elaborado por Granovetter (depois da sua origem inicial no trabalho de Polanyi); pelo termo, quis aquele autor significar o forte grau de relação (a “incrustação” ou “enraizamento”) entre “acção económica” e “estrutura social” (Granovetter, 1985)⁴. A ideia não é, de facto, nova: é apenas a sua operacionalização em diferentes contextos de pesquisa que a torna (de novo) reveladora. Em termos resumidos, Granovetter aborda as relações necessárias entre a perspectiva sociológica e o estudo da vida económica: esta última não se desenrola apenas num campo de acção racional de indivíduos atomizados, procurando objectivos estritamente “económicos”, mas decorre no seio de (está *embedded* em) um campo de relações e estruturas sociais (relações pessoais, contextuais ou históricas concretas). De forma exemplar, critica tanto a visão “sub-socializada” (*undersocialized*) do actor social, típica da economia neo-clássica, como a “sobre-socializada”, bem demonstrada pelos argumentos funcionalistas (e estruturalistas) de Parsons; e argumenta, também, tanto contra a ideia dos “mercados de competição perfeita”, pressuposta pelos primeiros, como a de interiorização normativa absoluta dos agentes, admitida pelos segundos. Em termos práticos salienta-nos que, em qualquer relação de “mercado” (como uma actividade de negócios), está presente um grau importante de relação pessoal, onde é crucial a instauração de “confiança” e a criação de expectativas. A eliminação dos riscos de fraude e a diminuição

⁴ Escreve Granovetter (1985: 481) que uma “análise sofisticada da acção económica” deve considerar a sua “incrustação” (*embeddedness*) na estrutura das relações sociais. Segundo Portes (1995b: 6), o conceito “(...) refere-se ao facto de as transacções económicas dos mais diversos tipos estarem inseridas em estruturas sociais mais amplas, que afectam as suas formas e os seus resultados”.

dos custos de procura de novos contactos não deixam de ser, neste aspecto, um objectivo “económico”; mas a constituição de um “capital social”, a criação de “redes” de contactos, a probabilidade de uma origem social ou cultural comuns ou mesmo o “prazer” em trabalhar com conhecidos são argumentos que escapam à visão habitual da economia⁵.

É a aplicação dos conceitos (re)descobertos por Granovetter, em conjunto com outros desenvolvidos por autores importantes nesta área - como a noção de “capital social” de Bourdieu (1979) ou Coleman (1988), por exemplo -, combinada com um conhecimento do tema das migrações (embora num sentido particular: a integração dos migrantes na sociedade norte-americana), que atribuem interesse ao trabalho de Portes (e autores com ele relacionados). Se considerarmos alguns dos seus textos recentes observaremos uma relação cada vez mais intensa entre as duas temáticas. Em Portes e Böröcz (1989) é realizada uma confrontação crítica entre algumas teorias acerca das causas migratórias e da integração dos migrantes (incluindo o modelo *push-pull*) e perspectivas alternativas. Neste último caso incluem-se a teoria das redes migratórias (relações sociais como determinantes dos fluxos e não cálculos individuais com base em desigualdades económicas) e uma tipologia das múltiplas formas de integração dos migrantes (segundo o contexto de recepção e a classe social). A ideia dos autores é, explicitamente, analisar o sistema internacional e a *social embeddedness* dos seus processos. Em Portes e Sensenbrenner (1993), o uso dos temas da sociologia económica é explícito. Argumenta-se que as estruturas e os contextos sociais influenciam profundamente a realidade económica e que a sociologia deve “resgatar” esta análise da exclusiva perspectiva neo-clássica. No caso da imigração, o conceito operativo proposto é o de capital social (como exemplo da *social embeddedness*). Este consiste num capital acumulado de relações sociais, na forma de “expectativas para a acção” ou de “fecho” de relações numa comunidade, expresso frequentemente em redes étnicas e outras redes de suporte às migrações. A sua presença nas comunidades imigrantes é elevada: é este tipo de recurso que está na base dos laços de solidariedade (*bounded solidarity*) e confiança (como a *enforceable trust*), necessários tanto à manutenção do fluxo migratório como à integração do migrante (mesmo quando esta ocorre no enclave étnico a que o indivíduo pertence e não na sociedade em geral e quando limita, mais do que liberta, as capacidades económicas individuais). Finalmente, num volume recente (Portes, 1995a e 1995b), o autor inverte a hierarquia: propõe-se prolongar a reflexão sobre a sociologia

⁵ O conceito de *embeddedness* tem sido, ainda, aplicado em outras ciências sociais. A sua adopção mais significativa parece suceder na geografia, correspondendo ao argumento de que a acção económica e a estrutura social estão fortemente “enraizadas” em contextos territoriais.

económica com o auxílio de um conhecimento empírico concreto - as migrações (em particular, a imigração dirigida aos EUA) ⁶.

O grau de possibilidades aberto pela bibliografia (interdisciplinar) sobre as migrações, em primeiro lugar, e pela sua relação com a sociologia económica, em segundo, é elevado. Em vários casos se fala da necessidade de construir uma “teoria geral”, de operacionalizar e testar melhor os múltiplos conceitos e perspectivas que vão existindo. Provavelmente, dado o carácter “aberto” de ambas as temáticas, tal esforço é inglório: a ilusão das teorias acabadas cederá sempre lugar à concorrência de novas visões que aí estão (endemicamente) instaladas. Nos **Quadros 2.1** e **2.2** encontram-se dois modelos possíveis de síntese dos cruzamentos possibilitados por estas disciplinas. Podemos admitir que uma das vantagens da sociologia económica é combinar, de alguma forma, o enfoque fundador da economia neo-clássica, baseado na ideia de escolha racional, com o da sociologia holista, que aponta para os vínculos estabelecidos pelas forças sociais estruturantes. Se definirmos, para simplificar, estas formas de observar a realidade como perspectivas metodológicas “individualista” e “holista” obteremos as variáveis que figuram em linha nas matrizes. Se considerarmos, em contrapartida, como “objectos” da economia e da sociologia as realidades empíricas com que elas mais se habituaram a lidar (por exemplo, mercados de trabalho e rendimentos, no caso da economia; modalidades individuais de acção e redes sociais, no caso da sociologia), obteremos as variáveis que figuram em coluna.

Esta linha de raciocínio não é, evidentemente, rigorosa - embora, na nossa opinião, tal não prejudique a leitura pretendida. Em primeiro lugar, as formas de observar a realidade descritas não são tanto “perspectivas” como, frequentemente, postulados (mesmo não assumidos) dos raciocínios em causa. Neste caso, fazer remontar a “perspectiva” da escolha racional à economia e a das forças sociais estruturantes à sociologia só não é abusivo - considerando a multiplicidade teórica de ambas as disciplinas - porque realça as suas formas científicas mais conhecidas e, de algum modo, “ideal-típicas” (cf. Marques *et al.*, 1996). Em segundo lugar, os “objectos” de que falamos são simplificações. Se a economia isolou, quase sempre, um “mundo económico” (com a maior excepção de Becker), a sociologia sempre se tentou pelas áreas alheias. Embora seja apenas um exemplo de intersecção empírica, as migrações são uma realidade reivindicada de há muito por ambas as disciplinas. Acreditamos, assim, que este raciocínio permite elaborar, com alguma simplicidade, uma série de cruzamentos possíveis entre as disciplinas.

⁶ Neste último texto (Portes, 1995b), os conceitos da sociologia económica que desenvolve são os de acção económica socialmente orientada; “transacções incrustadas” (*embedded transactions*); redes sociais; capital social; efeitos cumulativos e não esperados; e, quanto aos conceitos da imigração, relações centro-periferia e desequilíbrios

Quadro 2.1
UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO PARA A SOCIOLOGIA ECONÓMICA

		Objecto	
		<i>economia</i>	<i>sociologia</i>
Perspectiva metodológica	<i>individualista</i>	↔	
	<i>holista</i>	↑ ↓	↖ ↗ ↘ ↙
		↔	

Fonte: Quadro construído pelo autor

Quadro 2.2
A ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES - UM MODELO DE INVESTIGAÇÃO

		Objecto	
		<i>economia</i>	<i>sociologia</i>
Perspectiva metodológica	<i>individualista</i>	Racionalidade Instrumental / Mercado de Trabalho / Rendimentos / Investimento em Capital Humano	Ciclo de Vida / Carreira / Mobilidade Social / Acção Não Instrumental
	<i>holista</i>	Mercado de Trabalho Segmentado / Flexibilização / Sistemas Espaciais / Sistemas-Mundo / Sistemas Migratórios	Família / Instituições / Organizações / Redes Migratórias / Enclaves Étnicos / Normas e Imagens Colectivas

Fonte: Quadro construído pelo autor

Seguindo o modelo apresentado, a fertilidade permitida pela sociologia económica consiste em cruzar as “perspectivas” e os “objectos” em múltiplos sentidos. Se, nas suas expressões ideal-típicas, a economia (neo-clássica) se limita ao quadrante superior esquerdo da matriz inserta no **Quadro 2.1**, a sociologia (estruturalista) fica-se pelo quadrante inferior direito. Neste sentido, o preenchimento de todas as outras áreas da matriz é uma relativa novidade, que pode abrir leituras interessantes da realidade. No caso específico das migrações, o **Quadro 2.2**

estruturais (incluindo o papel das redes migratórias); modos de incorporação; “grupos intermediários” (*middlemen*)

exemplifica alguns cruzamentos possíveis. Área interdisciplinar por tradição, a investigação migratória está habituada, desde há muito, a tratar simultaneamente os vários quadrantes; talvez por essa razão, a segunda matriz parece resultar menos eficaz (a maioria das fronteiras soa, de alguma forma, a artificial). Parece importante, no entanto, manter presente a importância de uma leitura cruzada: as migrações (como os outros fenómenos do social) são temas cuja complexidade não pode ser exaurida por nenhum olhar disciplinar isolado. Os quadrantes deste quadro servirão, também, para orientar a nossa exposição das teorias migratórias ⁷.

2 - As Teorias Micro-Sociológicas

Um primeiro grande conjunto de teorias sobre migrações reúne as que podemos designar por micro-sociológicas: estas apresentam como ponto comum, no fundamental, o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Por outras palavras, por muitas que sejam as condicionantes externas à sua decisão - trate-se de um contexto económico ou do contexto social de acção -, é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade. Esta forma de abordar o tema migratório é comum à sociologia mais geral. Embora as divisões paradigmáticas amplas sejam sempre discutíveis, uma linha de pensamento deste tipo tem sido caracterizada, pelo menos desde Weber, por atribuir relevo às capacidades individuais de acção - incluindo aquela que, no sentido weberiano, promove a compreensão do comportamento não apenas pela racionalidade de tipo instrumental ou utilitário (racionalidade em relação a um fim), mas também pela orientação normativa (racionalidade em relação aos valores), afectiva e tradicional.

groups) e enclaves étnicos; e economia informal.

⁷ As perspectivas possíveis de enquadramento das teorias sociológicas contemporâneas sobre migrações são várias. Se adoptarmos, como referência principal, a noção “clássica” das migrações (embora a aplicabilidade a outras formas de mobilidade seja possível), a distinção mais habitual coloca em contraste as teorias que articulam as causas (e a análise global) dos fluxos migratórios ao nível micro ou macro-sociológico. O primeiro tipo de explicação descreve os fluxos como resultantes de escolhas individuais, sejam as escolhas racionalmente suportadas do *homo economicus* (a teoria neo-clássica) ou os investimentos estratégicos no futuro (teoria do capital humano). O mapa de referência dos agentes é constituído pelos factores que, ao nível do mercado de trabalho ou do contexto de acção (ciclo de vida ou estratégias familiares, por exemplo), enquadram essa decisão. Mas o processo migratório constitui, no essencial, uma série de decisões individuais tomadas por agentes racionais que procuram melhorar a sua condição individual. O segundo tipo de explicação avalia as migrações como resultado de forças sociais estruturantes, sejam as diferentes posições dos países no sistema internacional (as teorias do sistema-mundo), as lógicas específicas do mercado de trabalho (teses da segmentação do mercado de trabalho ou outras) ou a formação de redes migrantes de produção e suporte (incluindo as teorias da etnicidade e enclaves migrantes). O grau de “constrangimento” social é variável (como, em geral, sucede na relação sociedade/actor descrita pelas sociologias deste tipo), situando-se entre um “determinismo” social puro e a assumpção de um mercado imperfeito que condiciona as decisões. Mas o essencial, neste caso, é admitir a importância de variáveis colectivas como analiticamente superiores ao momento individual da racionalização (cf., para um enquadramento paradigmático deste tipo, Zolberg, 1981: 3-4 e 1989; Portes, 1981; Öncü, 1990: 177-83; Jackson, 1991: 33-4; Heisler, 1992; ou Matos, 1993). Para uma outra perspectiva de enquadramento das teorias migratórias, consulte-se Douglas Massey *et al.*, 1993.

2.1 - Os Modelos de *Push-Pull* e do Capital Humano

A maior parte das teorias que consideramos como “micro-sociológicas” das migrações apresentam, de facto, uma raiz económica ⁸. Tal como vimos atrás, têm sido os desenvolvimentos da economia neo-clássica (sobretudo os incorporados no modelo de *push-pull* e, mais recentemente, na escola do capital humano) que têm oferecido muitos dos enquadramentos teóricos a este tema. O caso do pensamento económico neo-clássico é exemplar ⁹. A maioria dos textos clássicos sobre migrações apresenta um parentesco nesta área. Foi, em primeiro lugar, o caso de Ravenstein. A ideia (mais ou menos explicitada pelo autor) de que o motivo principal de uma migração era o desejo do agente individual melhorar a sua condição económica representa a essência do modelo de *push-pull*. É com base em informação acerca das características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino (em particular a situação de emprego e níveis salariais), que o migrante se decide por um percurso migratório (mesmo se, em Ravenstein, limitado por um conjunto de outros mecanismos causais - como a distância ou as deslocações por etapas).

O raciocínio de Ravenstein foi prolongado por autores subsequentes. Os modelos de Zipf e Stouffer ou a generalização teórica de Lee apresentavam como ponto comum a ideia de que era a conjugação individual dos factores de atracção e repulsão (incluindo as “oportunidades” existentes), em conjunto com uma série de “obstáculos” ou inércias à deslocação (como a distância), que explicavam a migração. O argumento de Lee acerca das causas da migração é claro. Para ele, os elementos que presidem à decisão e ao processo

⁸ O facto de enquadrarmos os grupos de teorias disponíveis sob os conceitos de “micro” e “macro-sociológicas” não significa que ignoremos as perspectivas “micro” e “macro” existentes em outras ciências sociais. Aqueles termos são apenas utilizados na sua perspectiva sociológica mais corrente, e referem-se ao tipo de consideração realizada do agente/actor social: ou enquanto sujeito capaz de acção social inovadora ou enquanto repositório de estruturas. Neste sentido, a designação como “micro” ou “macro-sociológicas” de um conjunto de teorias desenvolvidas em outras áreas disciplinares (incluindo a economia) não corresponde a qualquer “imperialismo sociológico” mas, apenas, a uma necessidade de organização do mapa teórico. A admissão de que a “sociologia das migrações” é uma área científica interdisciplinar representa a ideia de que, neste tema, existem poucas teorias estritamente “sociológicas”.

⁹ Na síntese efectuada por Hodgson (1994), as teorias designadas como neo-clássicas apresentam um conjunto de três postulados fundamentais: “(1) o comportamento racional, maximizador, por parte de todos os agentes económicos, partindo-se do princípio de que estes optimizam, de acordo com preferências exogenamente determinadas; (2) a ausência de problemas de informação crónicos, tais como a incerteza radical no que se refere ao futuro, a ignorância generalizada sobre as estruturas e os parâmetros num mundo complexo, e divergências nas cognições individuais de fenómenos comuns; e (3) o acentuar teórico dos movimentos tendentes a estados de equilíbrio estável, ou dos equilíbrios adquiridos, mais do que dos processos contínuos de transformação ao longo do tempo histórico” (id., *ibid.*: xvi). A crítica a estes postulados tem sido conduzida a partir de diversas perspectivas, que ora criticam a exclusividade (ou mesmo a predominância) da racionalidade instrumental - baseada num cálculo individual de custos-benefícios; ora a possibilidade de obter informação suficiente para se conseguir um “agente económico” puro e um mercado de concorrência perfeita; ora o predomínio histórico dos estados de equilíbrio, face às situações de instabilidade e mudança. Para diversas perspectivas críticas à teoria vejam-se, para além dos autores citados acerca da

migratório são os factores associados à área de origem, factores associados à área de destino, “obstáculos intervenientes” e factores pessoais. Nos primeiros, encontram-se tanto motivos de ordem económica como infra-estruturas sociais (escolas, por exemplo) ou outros (factores climáticos). Nos “obstáculos intervenientes” (elementos que se colocam “entre dois pontos” geográficos e que funcionam como fricção à possibilidade de movimento) contam-se a distância, os custos da deslocação, a dimensão da família ou leis migratórias, entre outros. Os factores pessoais são os que fazem com que todas as decisões sejam individualmente variáveis, como sejam a posição no ciclo de vida, os contactos e fontes de informação, ocorrências pessoais fortuitas, etc. (cf. Lee, 1969: 285-8). A exposição de Lee apresenta algum pendor “sociológico”. Ele escreve que, devido ao desconhecimento relativo dos locais de destino, aos contactos pessoais variáveis ou mesmo a emoções transitórias, a “(...) decisão de migrar (...) nunca é completamente racional” (id., *ibid.*: 288). Mesmo se se afasta de uma leitura “económica” estrita (racionalidade instrumental), a incidência micro da explicação do comportamento é evidente no autor.

A permanência deste tipo de argumentos nos actuais modelos de *push-pull* é notória. A existência de factores que levam a uma rejeição da região de origem - factores de ordem económica, social ou política - e outros que promovem o apelo da região de destino é determinante. Entre estes (como admitia Ravenstein e confirmam numerosos estudos empíricos), os motivos “materiais” ocupam um lugar preponderante: condições actuais e potenciais de emprego e níveis de rendimento. Em síntese, a explicação das migrações indicamos que os indivíduos apenas se movem quando os custos do movimento são inferiores aos benefícios esperados. Custos e benefícios são estabelecidos sobre a situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de trabalho e habitação, e redes sociais locais (cf. Bailey, 1993: 317). Se alargarmos o modelo de *push-pull* podemos admitir quer a existência de variáveis não económicas (modificação dos valores de referência, situação política ou religiosa, por exemplo) quer a inclusão de “variáveis intervenientes” entre os pontos de atracção e repulsão (Jackson, 1991: 21-2), enquanto elementos que impulsionam ou refreiam o movimento (grau de obtenção de informação, redes de apoio, políticas migratórias, identidades culturais e linguísticas, etc.). No limite, podemos aceitar a ideia de informação “imperfeita” de que os indivíduos dispõem, dados os mecanismos sociais que impedem a existência de um mercado eficiente (embora, neste caso, nos afastemos da perspectiva neo-clássica estrita).

sociologia económica, Hodgson, 1994; Frey, 1995; ou vários dos textos insertos em Ferreira *et al.*, 1996. Para uma crítica no próprio terreno da teoria sobre as migrações, veja-se Greenwood, 1975.

A teoria do capital humano elabora um pouco mais esta perspectiva micro, sem pôr em causa os seus fundamentos (cf., sobre a teoria, Becker, 1962 e 1983; e, sobre a sua aplicação às migrações, Sjaastad, 1962)¹⁰. O essencial dos seus argumentos, no caso da migração, é que a análise económica de custos/benefícios realizada pelo agente não deve ser apenas observada no curto prazo. As deslocações envolvem um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar, cujos resultados só podem ser atingidos a prazo. Por outras palavras, o migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações), mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo. De forma mais saliente, o “cálculo económico” tanto se pode realizar ao nível da unidade indivíduo como da entidade familiar. Neste caso, são as oportunidades permitidas aos filhos (por exemplo) que explicam, a prazo, um acto migratório que, no presente, pode parecer gravoso.

Na perspectiva do capital humano, a análise migratória é também realizada com um mapa de custos/benefícios - embora, neste caso, diferidos no tempo. Como indica Sjaastad (1962: 83), a migração pode ser tratada “(...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”. Os custos do “investimento” realizado numa situação migratória são vários: procura de informação (gastos de tempo e dinheiro - informação sobre novas oportunidades profissionais e infra-estruturas várias, incluindo formação e aprendizagem); custos de deslocação; custos de adaptação (aprendizagem de nova língua e cultura; criação de novas redes de apoio; custos de afastamento do meio de origem). Os benefícios da migração passam, em contrapartida, pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança¹¹. A ideia de “investimento em capital humano” é reforçada por Sjaastad argumentando que a migração não deve ser vista isoladamente: “investimentos complementares” em educação ou formação acompanham, muitas vezes, os percursos como forma de permitir ou rendibilizar (a prazo) a mobilidade. Num sentido próximo, será

¹⁰ Por “investimento em capital humano” pretende Becker significar as “(...) actividades que influenciam o rendimento monetário e psíquico futuro através do aumento dos recursos nas pessoas” (Becker, 1983: 9). Subjacente a esta noção está a ideia de que o capital humano pode constituir, tal como o capital físico, um recurso económico - tendo como particularidade a sua intangibilidade. As formas de “investimento” em capital humano, segundo o autor, são várias: escolarização, formação profissional, cuidados médicos, migração e procura de informação acerca de preços e rendimentos. Escreve Becker: “Elas diferem nos seus efeitos quanto a ganhos e consumos, nos montantes tipicamente investidos, na dimensão dos retornos, e na extensão na qual a conexão entre o investimento e o retorno é percebida. Mas todos estes investimentos aumentam as qualificações, o conhecimento ou a saúde e, portanto, aumentam os rendimentos monetários ou psíquicos” (id., *ibid.*: 9). O facto de os rendimentos observados poderem aumentar com o tempo é, ainda, uma característica destes investimentos. Acerca da aplicação da teoria às migrações ver, ainda, Clark, 1986: 66-8 ou Douglas Massey *et al.*, 1993: 434-5.

¹¹ O texto original de Sjaastad (1962) distingue, entre os custos e benefícios (retornos) da migração, na perspectiva do indivíduo, tanto elementos monetários como não monetários: no caso dos custos, despesas de deslocação, custos de oportunidade e “custos psíquicos” de mudança de ambiente; no caso dos benefícios, incrementos (positivos ou

argumentado por outros autores (com implicações importantes para o tema do nosso trabalho) que a aquisição de “capital humano” (por escolarização, formação e experiência profissional) favorece as possibilidades de mudança posterior de emprego (Schaeffer, 1985) e, em consequência, de migrações.

Podemos admitir que esta teoria ilustra um dos elementos de risco que existe em todas as deslocações (o outro, no curto prazo, é a impossibilidade de reunir toda a informação possível sobre o destino). Pode, assim, explicar-se porque razão certas deslocações, aparentemente “racionalis”, produzem maus resultados ou, inversamente, porque razão um movimento de risco pode ser coroado de sucesso. É ainda a existência de uma atitude de investimento que explica que a migração diminua com a idade: quanto maior esta for, menor o período em que o investimento poderá ser compensado (Sjaastad, 1962: 88); ou que esclarece certas situações de “imobilidade”: a aposta no futuro (passando, por vezes, por mais educação) pode fazer com que um agente não migre, mesmo quando está desempregado e tem oportunidade de emprego noutra local ¹².

2.2 - O Ciclo de Vida e a Trajectória Social

Uma perspectiva mais directamente sociológica do estudo micro das migrações apresenta uma natureza, sobretudo, biográfica. Neste caso, as principais variáveis estudadas são a influência do ciclo de vida (individual e familiar) - entrada na vida adulta, casamento, nascimento dos filhos, divórcios, reforma, etc. - e da trajectória de mobilidade social - incluindo carreira profissional - sobre os percursos territoriais. É possível que se continue a admitir, como na perspectiva anterior, uma “racionalidade” do agente humano. O facto de se abordarem variáveis com que a perspectiva económica não está habituada a lidar; de se entrar em domínios onde a racionalidade instrumental se funde explicitamente com a motivada por valores ou com comportamentos afectivos e tradicionais; e de ser necessária uma interligação entre a perspectiva individual e realidades colectivas (família, organização ou grupo/classe social, que podem mesmo constituir uma nova unidade de análise) - justificam a ascendência mais “sociológica” desta pista de análise.

A tradição do estudo das migrações segundo a perspectiva do ciclo de vida é, de certo modo, longínqua. Os primeiros estudos deste tipo são de origem norte-americana. A forma de mobilidade territorial por eles analisada foi, no entanto, restrita: a maioria debruçou-se sobre a

negativos) monetários resultantes da deslocação (ganhos nominais e resultantes do nível de preços) e “preferências” pela nova região.

mobilidade residencial intra-urbana ou, noutros termos, sobre a relação entre as necessidades de habitação, em contexto urbano, e as fases do ciclo de vida. O trabalho mais conhecido nesta área é o de Rossi (1955): o seu estudo, acerca das razões da mobilidade familiar, demonstrava que era a sucessão das etapas do ciclo de vida, com mudança da composição familiar, que levava a momentos de insatisfação em relação às características dos alojamentos e a uma mudança posterior de residência. O traço geral das conclusões destes estudos era o de que a mobilidade residencial era elevada entre os adultos e as famílias jovens - devido à influência dos casamentos, expansão do núcleo familiar com o nascimento dos filhos e mudanças relacionadas com o emprego - e declinava à medida que a idade progredia, devido à anulação da influência daquelas variáveis (para uma análise deste tipo, cf. Leslie e Richardson, 1961 - que articulam esta forma de mobilidade com as mudanças na “carreira” dos indivíduos ou, noutros termos, com a mobilidade social ascendente).

Mais recentemente, esta linha de investigação tem sido desenvolvida para formas amplas de movimento migratório. Estão neste caso alguns trabalhos realizados na área da demografia, europeia ou norte-americana¹³. As conclusões avançadas por estes autores não diferem muito das detectadas acerca da mobilidade residencial. Num estudo do início dos anos 80, Sandefur e Scott (1981), por exemplo, concluíam pela forte relação entre as variáveis do ciclo de vida familiar (estado civil, dimensão familiar, laços familiares extensos e idade dos filhos) e a migração. Como se esperaria, os indivíduos casados apresentam menores probabilidades de migração, tal como acontece com as famílias maiores. A razão encontrada para este facto é, segundo os autores, a de que

“Os custos económicos de um movimento aumentam, em determinada medida, com o número de pessoas na unidade familiar. Mais importante ainda, a presença de membros adicionais na família significa que a participação nas mais variadas estruturas deve ser retirada do ponto de origem e depois renegociada no ponto de destino (id., *ibid.*: 356).

Como tem sido também salientado, estes constrangimentos significam que, ao contrário de o indivíduo continuar a funcionar como a unidade central de “cálculo” económico, é o agregado familiar que passa a desempenhar essa função.

¹² Para uma visão mais completa da bibliografia de origem económica acerca dos “determinantes” das migrações, ver Greenwood, 1975.

¹³ Os estudos realizados por demógrafos franceses acerca da “tripla mobilidade”, ou relação entre a mobilidade geográfica, profissional e familiar, são um exemplo desta perspectiva (cf. Courgeau, 1984; Courgeau e Lelièvre, 1989; ou Bonvalet e Lelièvre, 1989). Estas análises têm apontado para aspectos metodológicos e teóricos inovadores. Do ponto de vista metodológico, têm revelado a necessidade de “inquéritos retrospectivos”, ou “inquéritos biográficos”, como única forma de captar com rigor aquela relação. O objectivo é que, não perdendo de vista a necessidade de generalização (através de amostras representativas), se consiga a reconstituição de biografias (ou histórias de vida) individuais para avaliar em que momento do ciclo de vida ocorreram as mobilidades. Do ponto de vista teórico, pretendem estabelecer o grau de relação e, eventualmente, de causalidade entre os percursos de mobilidade (acontecimentos familiares, mudanças de actividade e residência), cuja independência nunca foi defendida mas cuja relação permanece indeterminada.

Os desenvolvimentos teóricos mais importantes nesta área têm, provavelmente, sido feitos através da complexificação da noção de “ciclo de vida”, dadas as modificações crescentes na estrutura familiar e a fragmentação do clássico modelo de ciclo de vida (casamento, filhos, viuvez) em múltiplos modelos familiares (celibato prolongado, divórcios, famílias monoparentais, recasamentos, filhos separados, etc.) (cf., sobre os novos modelos, Kaa, 1987). Neste sentido, tem sido proposta a mudança do conceito de “ciclo de vida” (*life cycle*) para “curso de vida” (*life course*), o qual permite abranger uma maior variedade de situações em lugar das clássicas - e lineares - “etapas” tradicionais (cf. Grundy, 1992: 166-7; e Warnes, 1992: 176-9)¹⁴. Noutra perspectiva, este conceito permite captar, também, um maior conjunto de particularidades espaço-temporais. A análise dos casos de mobilidade territorial nas fases iniciais do ciclo (curso) de vida - partida dos filhos adultos, primeiro casamento e divórcio - foi realizada, recentemente, por Grundy (1992). Um estudo semelhante, com atenção ao caso dos idosos, foi acrescentado por Warnes (1992). Em ambos os casos foram trabalhados dados que permitem estabelecer alguma generalização ou, noutros termos, definir “percursos típicos” em diferentes fases e situações.

As diferenças de mobilidade territorial em função dos novos modelos de vida são, naturalmente, elevadas. Se a ligação a um modelo familiar “clássico” continua a apresentar os constrangimentos migratórios conhecidos de há muito, os vários “desprendimentos” familiares da actualidade devolvem aos indivíduos liberdade migratória. Como salienta Champion (1992: 461-8), a demografia moderna apresenta grandes repercussões na mobilidade espacial. Não apenas os divórcios e recasamentos representam mobilidades forçadas (que tanto podem aumentar a pressão urbanística local como serem pretexto para migrações), como o aumento da esperança de vida possibilita um novo comportamento espacial, pós-reforma, com incidências migratórias e urbanísticas importantes (incluindo a difusão das duplas residências) (cf. Warnes, 1992).

A utilização da perspectiva da trajectória social (ou mobilidade social e profissional) é uma segunda forma de estudo mais directamente micro-sociológico dos problemas migratórios. No sentido amplo de mobilidade social, aquilo que está em causa é a realização de um percurso, por parte do indivíduo, por diferentes posições sociais; apesar da importância das forças “estruturantes”, sabe-se que estes percursos assumem, sempre, características individualizadas (ou, noutros termos, biográficas). Independentemente do grau de influência perante as variáveis

¹⁴ Segundo Grundy, a divisão convencional do ciclo de vida familiar marca 6 fases distintas: casamento, primeiro nascimento, nascimento de filhos subsequentes, partida de filhos adultos, morte do primeiro cônjuge, morte do segundo. As primeiras duas fases são as de “início” do ciclo, as terceira e quarta as de “expansão e contracção”, as duas últimas as de “dissolução”. Dado o aumento dos indivíduos que nunca casam, divórcios e recasamentos, a autora admite que os “complexos cursos de vida” da actualidade nem sempre se adaptam aos “modelos de ciclo de vida”

colectivas, o que se verifica, na prática, é o interesse de cada indivíduo em realizar uma trajectória “ascendente” ou, noutra terminologia, um “progresso” na vida e no trabalho. Este percurso é representado pelas “aspirações e responsabilidades dos indivíduos para com eles próprios”, no sentido de fazerem coincidir a sua situação actual (social, emocional, económica e geográfica) com as expectativas virtuais de inserção (cf. Ford, 1992: 30).

No sentido de mobilidade profissional, o conceito envolve duas acepções. Por um lado, a ideia de trajectória corresponde à sua realização mais frequente nas sociedades modernas: a “carreira organizacional”. Neste caso, é o enquadramento de um percurso na hierarquia de uma organização (ou mercado interno de trabalho - cf. Doeringer e Piore, 1971) que permite definir o “trajecto” virtual ¹⁵. As recompensas que uma carreira atribui não diferem, em essência, das do sentido mais amplo de mobilidade: recompensas financeiras, de prestígio e poder, incluindo maior liberdade e autoridade na profissão. As suas principais diferenças residem na aceção exclusivamente profissional da noção (mesmo se os recursos obtidos se transmitem a outras áreas do comportamento) e no seu enquadramento numa estrutura já definida. Por outro lado, encontra-se a transição de empregos no mercado externo de trabalho (em lugar da promoção no interior da mesma organização). Neste caso, apesar da sua restrição ao mundo profissional, é a ideia geral de “melhoria” que preside ao abandono de um emprego e à integração num outro. Em qualquer dos sentidos adoptados, este tipo de explicação cruza uma lógica e estratégias individuais com mecanismos “macro” (de estratificação ou organizacionais) da vida social.

A análise da relação entre mobilidade - incluindo “carreira” - e migrações tem sido realizada sob variadas perspectivas. Na teoria clássica, foi sobretudo a relação entre o percurso social “ascendente”, num sentido amplo, e a mobilidade residencial intra-urbana que foi explorada. Leslie e Richardson (1961), por exemplo, escreviam que a melhoria da condição profissional estava ligada a uma nova escolha residencial: “(...) tanto a necessidade de maior espaço habitacional, à medida que a família aumenta, como a necessidade de ajustar a habitação a mudanças no *status* social são forças poderosas que induzem as famílias a migrar” (id., *ibid.*: 900). A separação ecológica das zonas residenciais, consoante o estatuto social dos residentes, é, aliás, há muito conhecida dos estudos urbanos (cf. Ferreira, 1992). No caso das migrações de maior dimensão, a relação não pode ser considerada forte, pois muitas promoções sociais são efectuadas na mesma região. A ideia de que mudança de emprego, mobilidade social ascendente

(Grundy, 1992: 166-7). A substituição do termo “ciclo de vida” por “curso de vida” é, também, defendida por Warnes (1992: 177-9 e 183-6), que acrescenta uma tipologia das suas formas actuais.

¹⁵ Tal como escreve Ford, com base na teoria das organizações, “as carreiras organizacionais podem ser vistas como um aspecto estrutural de uma organização: um padrão de posições ou tarefas ocupacionais hierarquicamente relacionadas e espacialmente distribuídas, que requerem sucessivamente maior desempenho responsável de qualificações ocupacionais. (...) Neste sentido, a carreira organizacional pode ser vista como uma sequência padronizada de posições, através das quais existe um progresso ordenado dos indivíduos, ao longo de várias linhas verticais e horizontais que terminam em diversos níveis da hierarquia” (Ford, 1992: 32).

e mobilidade territorial estão estreitamente relacionadas é, no entanto, conhecida: sabe-se que a melhoria profissional é em muitos casos a causa das deslocações; ou que, por vezes, existe um maior grau de mobilidade social entre os migrantes do que entre os não-migrantes (cf., por exemplo, Jansen, 1969: 70; Sandefur e Scott, 1981; Blum *et al.*, 1985; ou, numa perspectiva económica, Bartel, 1979).

A melhor abordagem ao problema da relação entre mobilidade social e espacial talvez tenha sido realizada, recentemente, por Savage (1988). Segundo este autor, a relação entre as duas formas de mobilidade não é, de forma alguma, necessária, apesar de ter apresentado modalidades históricas de maior união. A observação das estratégias de mobilidade ascendente e da mobilidade espacial que lhes é mais adequada permite elucidar aquela relação. Com base nos trabalhos de Brown, o autor distingue três estratégias de mobilidade social: a estratégia empresarial, baseada em recursos de capital; a estratégia organizacional, baseada em recursos organizacionais; e a estratégia ocupacional, baseada em recursos de qualificações. Na opinião de Savage, “(...) cada um destes tipos de estratégia tem uma diferente relação com a mobilidade espacial”. A estratégia empresarial é mais localizada no espaço, dada a importância que assumem os “recursos particularistas”, incluindo os contactos locais, uma rede já montada de clientes, etc.. A estratégia organizacional é mais complexa: ela depende da estrutura espacial da organização. No caso de separação funcional no espaço, existe uma grande ligação entre as mobilidades social e espacial: o desenvolvimento de carreiras (organizacionais ou “burocráticas”) exige frequentemente que a promoção seja acompanhada por deslocação para outro local. No caso de restrição da organização a uma região, a ligação é inexistente. A estratégia ocupacional, finalmente, envolve também movimento no espaço. O grau de mobilidade espacial pode ser forte quando o indivíduo obtém as suas qualificações (frequência de estabelecimento de ensino e, depois, acesso à profissão) mas, posteriormente, tende a diminuir, sobretudo devido ao grau de localização da procura das suas qualificações (cf. *id.*, *ibid.*: 560-3).

É certo que, como nos explica Savage, as estratégias de mobilidade descritas são ideal-típicas; na prática, os percursos de mobilidade social apresentam conjunção daqueles diferentes aspectos. Em qualquer caso, o potencial desta explicação parece elevado. Por um lado, permite iluminar um tipo de relação histórica. Tal como foi salientado, desde os anos 70, por alguns autores (cf., entre outros, McKay e Whitelaw, 1977), o predomínio de grandes organizações multilocalizadas, públicas ou privadas, implicou uma forte deslocação espacial dos agentes como forma de realização de percursos profissionais ascendentes. Este facto está na base dos argumentos de Savage: segundo ele, nos anos 50 e 60 e nos países mais desenvolvidos, predominaram estratégias “organizacionais” de mobilidade, incluindo “carreiras burocráticas”

com expressão migratória. Neste caso, pode ser dito que “mobilidade social” e “espacial” estiveram estreitamente associadas. Por outro lado, esta explicação permite-nos ligar, teoricamente, as acepções descritas de mobilidade profissional. A carreira “organizacional” surge-nos como uma entre outras formas de trajecto ascendente - sendo que a sua expressão histórica se pode situar mais concretamente. Finalmente, alerta-nos para as dimensões não “individuais” de alguns percursos migratórios. Ao contrário do que postulam as várias teorias “micro” sobre a mobilidade, em muitos casos não são os agentes individuais, mas sim as organizações e instituições, que decidem, de facto, os mapas migratórios. Embora a decisão individual seja, em última instância, decisiva, é a multilocalização das organizações e as suas estratégias de colocação de pessoal - ou, noutra perspectiva, mecanismos “macro-sociológicos” - que revelam as principais dinâmicas de mobilidade ¹⁶.

3 - As Teorias Macro-Sociológicas

As teorias que podemos designar como macro-sociológicas distinguem-se, no essencial, por privilegiar a acção de factores de tipo colectivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais. Mais uma vez, como realçamos atrás, a nitidez deste tipo de explicação não é completa: as zonas de confluência entre as visões “micro” e “macro” são múltiplas e as distinções não são absolutas (os exemplos referidos das famílias e organizações revelam bem a moldura “colectiva” em que se processam as estratégias individuais). A ideia de que, na sociologia, se têm distinguido correntes deste tipo suporta, no entanto, a nossa perspectiva. Tanto as escolas estrutural-funcionalista (sobretudo pela sua raiz durkheimiana) como as teorias marxistas e neo-marxistas se afirmaram pela defesa da actuação de forças sociais estruturadoras da acção individual. No campo das teorias das migrações, estas correntes (muitas vezes ligadas a autores marxistas) são, por vezes, designadas como “histórico-estruturais” (Öncü, 1990). Tal facto reflecte não apenas o seu carácter estruturalista como, simultaneamente, a sua ênfase nas variações espaço-temporais das características das migrações ¹⁷.

¹⁶ Acerca da relação entre mobilidade social e geográfica, vejam-se as referências insertas em Thomas, 1938: 126 e 166; Jansen, 1969: 69-73; e Jackson, 1991: 105-6; ou os textos de Leslie e Richardson, 1961; Bartel, 1979; Sandefur e Scott, 1981; Markham *et al.*, 1983; Blum *et al.*, 1985; Savage, 1988; Wagner, 1990; e Fielding, 1992.

¹⁷ Como escreve Portes, em defesa do paradigma estrutural, “nada é mais fácil do que compilar uma lista de (...) motivações (individuais) e apresentá-las como uma teoria da migração. Este tipo de análise deixa sem resposta a questão fundamental de como, apesar de idiosincrasias pessoais e motivações variadas, movimentos de população de uma dada direcção e magnitude ocorrem com regularidade previsível ao longo de extensos períodos de tempo” (Portes, 1981: 280).

3.1 - O Mercado de Trabalho Segmentado e a Economia Informal

Um dos principais desenvolvimentos teóricos oriundos da economia com aplicação às análises “macro” das migrações é a teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho “dual” (cf. Piore, 1977, entre outros) ¹⁸. A existência de sectores com características diferenciadas foi detectada nos anos 60, em oposição à ideia de mercado equilibrado admitida pela economia neo-clássica. Desde os anos 70, as alterações estruturais das economias fordistas e o desenvolvimento de novas formas de regulação levaram a que a existência de sectores precários e a necessidade de uma mão-de-obra “flexível” se tornassem ainda mais evidentes (cf., sobre as reestruturações globais, Fielding, 1994: 690-3 ou Ferrão *et al.*, 1994: 1129-32; e, sobre os processos de trabalho, Atkinson, 1987 ou Kovács, 1993) ¹⁹.

A teoria do mercado de trabalho segmentado conheceu, desde cedo, uma importante divulgação na bibliografia sobre migrações (cf. Piore, 1979 ou Portes, 1981). Compreendeu-se, assim, que grande parte das atracções específicas exercidas sobre a migração internacional, em particular a dirigida de países menos para mais desenvolvidos, tem a ver com os mercados "secundários" (e na actualidade, com as zonas de economia informal). É o facto de existirem actividades que funcionam com base num mercado de trabalho deste tipo que afasta a maioria dos cidadãos nacionais e atrai migrantes provenientes de regiões pobres (que, mesmo em condições económicas deficientes, poderão aumentar o seu padrão anterior de vida, ou - pelo menos - criar expectativas de mobilidade futura). É esta situação, também, que nos permite afirmar que não existe imigração sem uma "procura" económica específica.

As consequências deste argumento são importantes. Por um lado, o facto de se verificarem correntes migratórias não tem tanto a ver com necessidades sentidas pelas populações migrantes (os *push factors* dos neo-clássicos), como com mecanismos económicos que as solicitam; como escreve Piore (1979: 17), os “(...) os factores críticos para a compreensão do processo migratório e da sua evolução ao longo do tempo encontram-se na região

¹⁸ Segundo esta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais (ou apresentarem uma característica "dual"). O mercado "primário" detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego e das relações laborais, bons salários, perspectivas de carreira e promoção interna (através de um mercado interno de trabalho desenvolvido nas organizações) e protecção social garantida. Na prática, são os departamentos do Estado e outras grandes organizações públicas e privadas quem apresenta a maior parte destas características. Por oposição, o mercado "secundário" é composto por empregos com baixa qualificação, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, insegurança laboral e, frequentemente, ausência de assistência social. Mais recentemente, foi desenvolvida a ideia de que, em lugar de uma estrutura simplesmente dual do mercado de trabalho, se observa um maior número de segmentos, com maior cruzamento dos atributos (cf. Rodrigues, 1992: 25-6).

¹⁹ Em rigor, o sentido original do “mercado secundário” não coincide com a noção de “economia informal”. Tal como sublinham Portes e Sassen (1987), a economia informal agrupa todas as actividades excluídas das regulamentações existentes sobre condições laborais e de pagamento, segurança social ou regime fiscal: apesar de as características do emprego envolvido serem semelhantes, a ideia do mercado “secundário” foi originalmente aplicada a actividades em

desenvolvida”. O facto de existirem grupos migrantes passa, então, não pela vontade e cálculos individuais dos migrantes, mas por factores estruturais que apelam ao seu trabalho. Por outro lado, explica-se porque razão nem todas as regiões ou países pobres emigram. A existência de procura deverá conciliar-se com mecanismos económicos e sociológicos diversos (ver à frente), que determinarão o início e a auto-sustentação de determinadas correntes.

A atracção de população migrante não ocorre, no entanto, apenas no mercado secundário de trabalho. Como esclarece Portes (1981), os seus “modos de incorporação” são variados. Segundo ele, os migrantes atraídos pelo mercado primário apresentam como principais características a entrada através de canais legais; o acesso ao emprego por qualidades individuais e não por origens étnicas; condições de mobilidade idênticas à dos nativos; e uma função de “reforço” da força de trabalho nacional. Tipicamente, este tipo de acesso é representado (como veremos no capítulo 6) pelo *brain drain*. Em contrapartida, o acesso ao mercado secundário (num sentido amplo) apresenta como principais atributos um estatuto jurídico precário (habitualmente temporário ou ilegal); um recrutamento baseado nas origens étnicas e não em qualificações (dadas as vulnerabilidades associadas àquela condição); ocupação de tarefas pontuais, sem perspectivas de mobilidade; e uma função disciplinadora da força de trabalho local (forçando a redução dos salários gerais). Este tipo de recrutamento representa a maioria dos trabalhadores migrantes no contexto internacional. Finalmente, podemos considerar uma terceira forma de incorporação: aquela que liga os migrantes a zonas de homogeneidade étnica da economia (os “enclaves de imigrantes” ou “étnicos”) (para uma tipologia mais complexa das formas de integração, ver Portes e Böröcz, 1989: 620-4; sobre este tema, ver ainda Öncü, 1990: 185-96 e Bailey e Waldinger, 1991).

3.2 - Estruturas Espaciais, Sistemas-Mundo e Sistemas Migratórios

Um segundo tipo de teorias que podemos enquadrar na perspectiva “macro” das migrações provém tanto da economia como da geografia: trata-se de análises que lidam explicitamente com a variável espaço e que procuram enunciar os factores que levam a um desenvolvimento particular dos territórios. Segundo estas correntes, existem mecanismos que levam a uma dada localização dos estabelecimentos humanos em realidades de tipo urbano ou regional, central ou periférico, e tanto em contextos nacionais como internacionais. Quer as teorias o admitam ou não explicitamente, é esta distribuição territorial que conduzirá, por sua vez, a movimentos populacionais (migratórios) concretos. Para além dos casos de proveniência

condição legal, e não às zonas “subterrâneas” da economia (cf., também, Corcoran, 1991). Apesar destas diferenças,

teórica mais marcada, estas análises enquadram-se em zonas interdisciplinares, como os estudos urbanos e regionais, as relações económicas internacionais ou a geografia económica; por vezes procuram, também, uma confluência directa com a sociologia, tentando desenvolver uma perspectiva sócio-espacial integrada (cf., por exemplo, Massey, 1984 ou Gregory e Urry, 1985).

As modalidades assumidas por este tipo de teorias são várias. No que respeita à análise geral das estruturas espaciais, encontramos, em primeiro lugar, a economia e geografia económica (neo-)“clássicas” e, em particular, os contributos para explicar a localização de actividades. Estes passam por conceitos como os de economias de escala e de aglomeração; disponibilidade de recursos produtivos; ou modelos abstractos de localização das actividades (como a teoria dos lugares centrais). Em todos os casos, admite-se que a conjugação dos factores de localização leva à criação de geografias particulares, isto é, realidades regionais e urbanas concretas (cf. Claval, 1987, por exemplo). Podemos argumentar que, na maioria dos casos, os factores indicados por estas teorias se ligam à escolha racional dos agentes: são ainda critérios “micro” que, através de decisões optimizadoras, presidem aos arranjos económicos. Simplesmente, estudamos agora decisões de investimento e não decisões migratórias. Ainda que, de um certo ponto de vista, nos continuemos a situar num plano “micro-sociológico”, a diferença de natureza dos comportamentos merece - julgamos - uma distinção analítica. Podemos, desta forma, aceitar que a consolidação de uma série de decisões económicas de localização cria uma estrutura “objectiva” de actividades, a qual condiciona o mapa de decisões migratórias dos agentes. Esta alteração do plano de análise será tanto mais válida se aceitarmos a ideia, expressa em alguma da geografia moderna, de que sucessivas decisões e actividades conduzem a uma sequência de “estratos” (*layers*) que atribuem particularidade (“estrutural”) a uma região (Massey, 1984: 117-8).

Cabem nesta acepção, em segundo lugar, as teorias, sobretudo de inspiração marxista, que têm procurado estabelecer uma inter-ligação entre estruturas espaciais e relações sociais. Se considerarmos que a geografia da produção, num determinado contexto histórico, representa a expressão espacial das relações sociais de produção, as condicionantes “macro” do comportamento migratório tornam-se evidentes (sobre este ponto de vista, ver Castells, 1981/1972 e, mais recentemente, 1989; Massey, 1984; ou Gregory e Urry, 1985). É certo que a leitura da relação entre “sociedade” e “espaço” pode ser mais ou menos rígida, no que respeita ao grau de causalidade imposto pelas relações sociais, ou deixar maior ou menor espaço para o comportamento dos agentes individuais; em qualquer caso (como acontece na teoria mais geral), o comportamento dos grupos dominantes e as relações conflituais de classe obedecem a forças que transcendem as motivações individuais. A maior parte dos estudos nesta área tem-se

os conceitos são frequentemente justapostos.

debruçado sobre a organização espacial do capitalismo. Embora muitas vezes a “mobilidade do trabalho” (as migrações) não surja como um tema central de reflexão, a verdade é que muitas das conclusões apresentam implicações importantes. Assim, a ideia do desenvolvimento desigual do espaço, devido à lógica de acumulação privada do capital (Hudson e Lewis, 1985); a concentração urbana das actividades produtivas, enquanto lugares de reprodução da força de trabalho (Castells, 1981); a fragmentação recente das actividades do capital (Massey, 1984); a “hipermobilidade do capital e trabalho” (Hudson e Lewis, 1985: 16-7); ou a contraposição entre “espaço de fluxos” e “espaço de locais” (Castells, 1989) - apresentam potencial explicativo elevado sobre os fluxos migratórios e traduzem muitas das realidades contemporâneas deste tipo.

Qualquer destas teorias conheceu maior desenvolvimento no plano da diferenciação regional de âmbito nacional, embora sejam facilmente aplicáveis a uma dimensão internacional. Em larga parte, a análise das migrações internacionais resulta, porém, de teorias autónomas. O argumento mais conhecido é o das teorias do sistema-mundo (Wallerstein, 1979 e 1986). A adaptação da teoria de Wallerstein ao estudo das migrações internacionais tem sido realizada por vários autores. O texto de Petras (1981) é um dos mais conhecidos. Segundo esta autora, um dos traços principais do actual sistema-mundo - o capitalismo moderno - é a criação de um “mercado de trabalho global”. O movimento global de capital e mercadorias pode ser, assim, relacionado com importantes fluxos de trabalho, que constituem a maior parte das migrações internacionais. A razão principal dos fluxos migratórios, segundo Petras, é a existência de “zonas salariais” (*wage zones*) diferenciadas. Os mecanismos específicos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou de centralidade e perifericidade) levaram à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias, numa situação generalizada de baixos salários, e a uma necessidade de recursos humanos, acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos. Resultam, daqui, os sinais de propensão à migração que outras teorias (como os modelos de *push-pull*) também admitiam. Simplesmente, neste caso, são forças estruturais da economia mundial que geram os diferenciais económicos e que “transportam”, de uma certa forma, os migrantes.

Um dos traços específicos da economia mundial mais recente é a criação de uma actividade produtiva transnacional, a cargo de organizações (as empresas transnacionais) inexistentes, na sua forma actual, há poucas décadas. Como veremos no capítulo seguinte, a instalação de empresas deste tipo em países menos desenvolvidos gerou, ela própria, fluxos migratórios para o centro, quando teoricamente os deveria ter diminuído, por procurar o trabalho, menos qualificado e mais barato, na sua zona de residência habitual. Como escreve Sassen-Koob (1984), esta instalação gerou o que podemos denominar como um efeito perverso, ao intensificar (em lugar de desacelerar) as migrações daqueles trabalhadores. Um outro traço

particular das economias recentes é a criação de pólos de gestão internacional das actividades - compatíveis com a noção de disjunção espacial das actividades produtivas, com as zonas de concepção a afastarem-se geograficamente das de execução (cf. Massey, 1984). A teoria das “cidades mundiais” ou “globais” representa uma das explicações mais interessantes desta última realidade. Segundo a teoria, estes pólos urbanos dominam não apenas o sistema internacional como são responsáveis pela atracção (migratória) de uma mão-de-obra crescentemente dualizada: profissionais de topo (para as actividades de gestão internacional) e trabalhadores desqualificados (para os serviços de apoio àquela actividade, muitas vezes inseridos em zonas de economia informal) (Sassen, 1991, 1994a e 1994b).

A última teoria a destacar, no plano das leituras espaciais da realidade migratória, é a dos “sistemas migratórios” (cf. Salt, 1987: 244-5 e 1989: 438-41; Kritz e Zlotnik, 1992; e Kritz *et al.*, 1992). Nesta perspectiva, os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema. Tal resulta da interacção existente entre vários elementos, incluindo outros tipos de fluxos e um processo de interdependência mais geral²⁰. Na prática, a teoria permite identificar um conjunto de regiões ou países que alimentam fluxos migratórios importantes entre si (frequentemente em ambos os sentidos e envolvendo “tipos” migratórios diversos). No plano das migrações internacionais, o caso mais habitual é o de “redes macro-regionais” que unem uma região central (constituída por um ou mais países) a uma série de países emissores (líquidos) de migrantes (Salt, 1989). A dinâmica de cada “sistema migratório” é particular: resulta de um contexto histórico (económico, social, político e tecnológico) determinado e da inter-ligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbios (políticos, comerciais, de capital, por exemplo) (Kritz e Zlotnik, 1992)²¹. A existência de relações particulares (incluindo migratórias) entre regiões ou grupos de países gera, por sua vez, as condições de alguma continuidade, uma vez que as decisões migratórias individuais são tomadas sob a influência desse contexto, que elas próprias contribuem para consolidar.

Se os sistemas migratórios constituem, de certa forma, entidades autónomas, independentes na “estrutura e formas de operação”, também partilham factores comuns: as “(...) redes individuais de migração internacional” - escreve Salt (1989: 440) - “devem ser olhadas

²⁰ A noção de “sistemas migratórios” surgiu, inicialmente, em meados dos anos 60 (cf. Petersen, 1975: 315). Ela foi primeiro aplicada, de forma sistemática, num texto de Mabogunje, publicado em 1970; neste texto, o autor propunha a aplicação da teoria geral dos sistemas às migrações rural-urbano (cf. Kosinski e Prothero, 1975: 5-6). Aparentemente, só no final dos anos 80 a ideia conheceu novo fôlego, com uma maior elaboração teórica do modelo. Deve notar-se que, segundo Douglas Massey *et al.* (1993: 454), a “teoria dos sistemas migratórios” não é um corpo teórico independente mas uma generalização de outras teorias sobre as migrações, incluindo a dos sistemas-mundo, redes migratórias, teoria institucional e teoria da causalidade cumulativa.

²¹ Na expressão de Salt, as “redes espaciais” (*spatial networks*), ou “sistemas geográficos de migração” (*geographical migration systems*), são originados por factores particulares e distintos uns dos outros: “(...) uma rede constitui um sistema, tendo a sua própria génese, padrão de desenvolvimento e características” (Salt, 1989: 432).

como parte de um conjunto em interacção, conduzido por poderosas forças económicas e sociais, muitas delas globais”. As “redes” desmentem, no entanto, as teorias explicativas gerais das migrações internacionais, pois, em lugar de estabelecerem “padrões globais” generalizados, separam as características dos fluxos segundo contextos históricos de actuação, ou condicionantes específicas de espaço e tempo. A genealogia do conceito, efectuada por Salt (id., ibid.: 438-40), ilustra bem a sua natureza: segundo ele, a noção de “sistemas migratórios” é, originariamente, uma crítica às abordagens teóricas clássicas, de cariz “positivista”, predominantes na teoria migratória desde os anos 30; estas eram (como vimos) caracterizadas pela generalização de proposições sobre as migrações e encaravam o espaço como uma variável pura, muitas vezes como a “única variável independente”.

3.3 - Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais

As teorias mais propriamente sociológicas que explicam as migrações segundo uma perspectiva “macro” podem ser separadas em alguns grandes grupos. Em primeiro lugar, podemos referir as que salientam o papel das instituições no desencadear ou acompanhamento dos fluxos migratórios. As teorias deste tipo não são uniformes: tanto podemos pensar no papel das instituições como principais agentes na promoção dos fluxos (cf., por exemplo, McKay e Whitelaw, 1977; Salt, 1987), como podemos referir o seu papel no enquadramento e suporte de percursos migratórios desencadeados, sobretudo, pelos indivíduos (cf. Douglas Massey *et al.*, 1993: 450-1). O tipo de instituições a considerar é também variável: podemos incluir organizações empregadoras (empresas privadas e públicas, Estado, etc.), agências de emprego, associações de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados directa ou indirectamente às migrações e habitação, etc.. Aquilo que podemos considerar como ponto de intersecção destas acepções é a centralidade atribuída (embora de forma diversa) a agentes colectivos. Em lugar de termos um conjunto de indivíduos a decidir e responsabilizar-se pelo destino dos fluxos, atribuímos a entidades colectivas competências nessas áreas (cf., para uma visão genérica, Salt, 1987: 245-7; Johnson e Salt, 1990a: 6-9 e 1990b) ²².

O tipo de migrantes abrangido por estas instituições não é, igualmente, uniforme. No caso das teorias que admitem o papel directo das organizações empregadoras no desencadear dos fluxos pensa-se hoje, sobretudo, em migrantes de estatuto sócio-económico médio ou elevado e nas transferências em que estão envolvidos. A importância destes movimentos havia

²² Segundo Salt, as “instituições” pertinentes para a análise migratória devem ter um mínimo de organização interna, de modo a excluir do seu âmbito alguns elementos “institucionalizados” mas de difícil percepção, como os padrões culturais ou atitudes em relação à migração (Salt, 1987: 246).

já sido prevista por Rose (1970): o facto das migrações de “longa distância” apresentarem uma grande componente de agentes profissionais de “topo” resultava, em parte, da necessidade de as grandes empresas movimentarem o seu pessoal. Mais recentemente, o carácter crucial destes movimentos intra-organizacionais, no âmbito público ou privado, seria destacado, para as migrações inter-regionais, por McKay e Whitelaw (1977) e Savage (1988); e, para os movimentos internacionais, por Salt (1983/84 e 1987), entre outros (ver capítulo 7). No caso das teorias que referem as instituições de acompanhamento ou suporte, são sobretudo os migrantes de condição social inferior que são abrangidos. As políticas restritivas dos países desenvolvidos e as fragilidades dos percursos migratórios levam ao surgimento de organizações (frequentemente clandestinas) que promovem os meios de acesso (incluindo ilegal) ao país e, simultaneamente, outras vocacionadas para o suporte humanitário, de forma a melhorar a integração dos migrantes (Douglas Massey *et al.*, 1993: 450-1).

Em segundo lugar, encontramos as teorias que defendem o papel das redes migratórias. As intersecções com as teorias da sociologia económica (nomeadamente as teorias mais vastas das “redes sociais” e a noção de “capital social”) e com as teorias institucionais acima referidas são elevadas. O que se defende, neste caso, é que os migrantes não actuam isoladamente, nem no acto de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração (como os “engajadores”), que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva. Como escrevem Portes e Böröcz (1989: 612),

"Redes construídas pelo movimento e contacto de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o carácter duradouro dos fluxos migratórios"²³.

Como sugere Baganha (1991c: 446-7), podem existir vários tipos de redes, cujo papel na formação de fluxos, ritmos e ciclos migratórios e nos percursos de mobilidade social dos migrantes é importante, sendo o seu estudo essencial para analisar uma corrente migratória. O argumento das redes migratórias é, ainda, necessário para complementar algumas das perspectivas teóricas anteriores. Compreende-se, assim, em primeiro lugar, a natureza “imperfeita” da informação que acede a um migrante. Em lugar de um mercado perfeito e de escolhas “racionais” dos agentes face a múltiplos destinos migratórios deparamo-nos com uma

²³ Também neste caso, a ideia, expressa por Portes e Böröcz, de que se trata de “microestruturas” de apoio à migração pode levar a um questionamento do argumento “macro-sociológico” que esboçamos. A perspectiva que defendemos, neste caso (para além da natureza ideal-típica dos “micro” e “macro” comportamentos), é a de que as “redes” adquirem (como as decisões de investimento ou os sistemas migratórios) uma suficiente estabilidade e dinâmica internas que lhes permitem actuar como “constrangimento” externo às decisões individuais.

“racionalidade limitada”, que advém da informação disponível nas redes. Entende-se, em segundo lugar, que as migrações não estejam apenas sujeitas a mecanismos “económicos”. Por um lado, não respondem directamente às conjunturas económicas: as redes baseadas em solidariedades locais apresentam, geralmente, uma inércia que transcende o momento económico, ao contrário das baseadas em “engajadores” e recrutamentos temporários. Por outro, não são efectuadas apenas por “agentes económicos”, mas por agentes sociais profundamente inseridos em laços de natureza colectiva. Resulta, daí, a existência de uma racionalidade não instrumental em alguns fluxos concretos, como a decisão de reunião familiar ou a adequação a comportamentos mais “apropriados” (racionalidade normativa ou comportamentos tradicionais) (Portes, 1995b: 22).

Em terceiro lugar (e ainda de forma relacionada), tem sido desenvolvida uma extensa bibliografia sobre os “enclaves de imigrantes”, “enclaves étnicos”, “negócios étnicos” (*ethnic businesses*) ou “nichos de imigrantes” (*immigrant niches*), como forma de salientar os laços de natureza social e étnica que une algumas actividades no destino; a base destes grupos pode ser mais territorial (os “enclaves”) ou ocupacional (cf. Portes, 1981: 290-5, 1995a e 1995b; Portes e Böröcz, 1989; Portes e Sensenbrenner, 1993; Öncü, 1990: 191-6; Bailey e Waldinger, 1991; ou Waldinger, 1994). O essencial destes argumentos é que o recurso intensivo a formas de “capital social” é associado a recursos económicos, como base para a criação e desenvolvimento de actividades e para o recrutamento de trabalho (incluindo o dos imigrantes recém-chegados). O capital social utilizado assenta, como escrevem Portes e Sensenbrenner (1993: 1329), num sentimento de *we-ness* ou numa relação “comunitária”, resultante quer de valores próprios ao grupo quer de adversidades situacionais (geralmente ligadas a discriminação social ou a um estatuto minoritário). A importância económica de uma “comunidade étnica solidária” é, acrescentam, elevada: ela pode constituir um mercado para bens e serviços de raiz cultural; uma reserva de trabalho assalariado “fiável”; e uma fonte de capital para realização de investimentos.

A ligação existente entre as perspectivas económica e sociológica é, neste aspecto, elevada - e não é casual que este tipo de situações tenha constituído o pretexto para o desenvolvimento de muita da actual “sociologia económica da imigração”. Como ainda sugerem Portes e Sensenbrenner, o acesso privilegiado àquele tipo de recursos, através dos empresários e dos trabalhadores étnicos, não é explicável nem pelos modelos económicos nem pela competição atomizada dos actores no mercado. Numa perspectiva estritamente sociológica, é também importante aceitar que, na acção social assim delineada, se conjugam exemplarmente atitudes instrumentais (sucesso nos negócios ou integração no mercado de trabalho) com comportamentos de tipo “comunitário”, que se ligam a outra ordem de relações sociais.

Referências Bibliográficas

- ATKINSON, John (1987), "La flexibilité de l'emploi sur les marchés internes et externes du travail", in R. Dahrendorf, E. Kohler e F. Piotet, Nouvelles Formes de Travail et d'Activités, Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail, Dublin
- BAGANHA, Maria Ioannis (1991c), Recensão crítica a David Higgs (Ed.), "Portuguese Migration in Global Perspective", Análise Social, Vol. 26, Nº 111, pp. 443-449
- BAILEY, Adrian J. (1993), "Migration history, migration behavior and selectivity", The Annals of Regional Science, Vol. 27, Nº 4, pp. 315-326
- BAILEY, Thomas e Roger WALDINGER (1991), "Primary, secondary, and enclave labor markets: a training systems approach", American Sociological Review, Vol. 56, Nº 4, pp. 432-445
- BARTEL, Ann P. (1979), "The migration decision: what role does job mobility play?", American Economic Review, Vol. 69, Nº 5, pp. 775-786
- BECKER, Gary S. (1962), "Investment in human capital: a theoretical analysis", The Journal of Political Economy, Vol. 70, Nº 5, Part 2 (Supplement), pp. 9-49
- BECKER, Gary S. (1983), Human Capital. Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education, 2ª ed., Chicago, The University of Chicago Press (1964)
- BLUM, Alain, Gilles de la GORCE e Claude THÉLOT (1985), "Mobilité sociale et migration géographique", Population, 3, pp. 397-434
- BONVALET, Catherine e Éva LELIÈVRE (1989), "Mobilité en France et à Paris depuis 1945: bilan résidentiel d'une génération", Population, 3, pp. 531-560
- BOURDIEU, Pierre (1979), La Distinction - Critique Sociale du Jugement, Paris, Les Éditions de Minuit
- CASTELLS, Manuel (1981), La Question Urbaine, Paris, Maspero (1972)
- CASTELLS, Manuel (1989), The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process, Oxford, Blackwell
- CHAMPION, Anthony (1992), "Urban and regional demographic trends in the developed world", Urban Studies, Vol. 29, Nº 3/4, pp. 461-482
- CLARK, W. A. V. (1986), Human Migration, Beverly Hills, Sage
- CLAVAL, Paul (1987), "As organizações territoriais", in Geografia do Homem. Cultura. Economia. Sociedade, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 119-149
- COLEMAN, James S. (1988), "Social capital in the creation of human capital", American Journal of Sociology, Vol. 94, Supplement, pp. S95-S120
- CORCORAN, Mary P. (1991), "Informalization of metropolitan labour forces: the case of Irish immigrants in the New York construction industry", Irish Journal of Sociology, Vol. 1, pp. 31-51
- COURGEAU, Daniel (1984), "Relations entre cycle de vie et migrations" Population, 3, pp. 483-514
- COURGEAU, Daniel e Éva LELIÈVRE (1989), "Analyse démographique des biographies", Population, 6, pp. 1233-1238
- DOERINGER, Peter B. e Michael PIORE (1971), Internal Labor Markets and Manpower Analysis, Heath Lexington Books
- FERRÃO, João, Eduardo Brito HENRIQUES e António Oliveira das NEVES (1994), "Repensar as cidades de média dimensão", Análise Social, Vol. 29, Nº 129, pp. 1123-1147

- FERREIRA, J. M. Carvalho (1992), Sociologia Rural e Urbana, Relatório para as Provas de Agregação no Grupo IV, Subgrupo B - Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / UTL
- FERREIRA, J. M. Carvalho *et al.* (1995), Sociologia, Lisboa, McGraw-Hill
- FERREIRA, J. M. Carvalho *et al.* (Org.) (1996), Entre a Economia e a Sociologia, Oeiras, Celta Editora
- FIELDING, Anthony J. (1992), "Migration and social mobility: South East England as an escalator region", Regional Studies, Vol. 26, Nº 1, pp. 1-15
- FIELDING, Anthony J. (1994), "Industrial change and regional development in Western Europe", Urban Studies, Vol. 31, Nºs 4/5, pp. 679-704
- FORD, Reuben (1992), Migration and Stress Among Corporate Employees, Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of London
- FREY, Bruno S. (1995), "Economic man and fairness: towards new frontiers in institutional economics", in M. Brandão Alves *et al.* (Orgs.), Por Onde Vai a Economia Portuguesa - Actas da Conferência Realizada por Ocasião do Jubileu Académico de Francisco Pereira de Moura, Lisboa, ISEG, pp. 39-55
- GRANOVETTER, Mark S. (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness", American Journal of Sociology, Vol. 91, Nº 3, pp. 481-510
- GREENWOOD, Michael J. (1975), "Research on internal migration in the United States: a survey", Journal of Economic Literature, Vol. 23, Nº 2, pp. 397-433
- GREENWOOD, Michael J. *et al.* (1991), "New directions in migration research. Perspectives from some North American regional science disciplines", The Annals of Regional Science, Vol. 25, pp. 237-270
- GREGORY, Derek e John URRY (Ed.) (1985), Social Relations and Spatial Structures, Londres, Macmillan
- GRUNDY, Emily (1992), "The household dimension in migration research", in T. Champion e T. Fielding (Ed.), Migration Processes and Patterns - Vol. I: Research Progress and Prospects, Londres, Belhaven Press, pp. 165-174
- HEISLER, Barbara S. (1992), "The future of immigrant incorporation: Which models? Which concepts?", International Migration Review, Vol. 26, Nº 2, pp. 623-645
- HODGSON, Geoffrey (1994), Economia e Instituições. Manifesto por uma Economia Institucionalista Moderna, Oeiras, Celta Editora
- HUDSON, Ray e Jim LEWIS (1985), "Introduction: Recent Economic, Social and Political Changes in Southern Europe", in R. Hudson e J. Lewis (Ed.), Uneven Development in Southern Europe, Londres, Methuen, pp. 1-53
- JACKSON, John A. (1991), Migrações, Lisboa, Escher
- JANSEN, Clifford J. (1969), "Some sociological aspects of migration", in J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73
- JOHNSON, James H. e John SALT (1990a), "Labour migration: the general context", in J. H. Johnson e J. Salt, Labour Migration - The Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World, Londres, David Fulton Publishers, pp. 1-13
- JOHNSON, James H. e John SALT (Ed.) (1990b), Labour Migration - The Internal Geographical Mobility of Labour in the Developed World, Londres, David Fulton Publishers
- KAA, Dirk van de (1987), "Europe's second demographic transition", Population Bulletin, Vol. 42, Nº 1
- KOSINSKI, Leszek A. e R. Mansell PROTHERO (1975), "Introduction: The study of migration", in L.A. Kosinski e R.M. Prothero (Ed.), People on the Move - Studies on Internal Migration, Londres, Methuen, pp. 1-17

- KOVÁCS, Ilona (1993), "Novo paradigma produtivo e requisitos de ensino-formação", in Vários, Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Lisboa, Edit. Fragmentos / APS, pp. 229-247
- KRITZ, Mary M. e Hania ZLOTNIK (1992), "Global interactions: migration systems, processes, and policies", in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-16
- KRITZ, Mary M., Lin L. LIM e Hania ZLOTNIK (Ed.) (1992), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press
- LEE, Everett S. (1969), "A theory of migration", in J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em Demography, Vol. 3, 1966)
- LESLIE, Gerald R. e Arthur H. RICHARDSON (1961), "Life-cycle, career pattern, and the decision to move", American Sociological Review, Vol. 26, Nº 6, pp. 894-902
- MARKHAM, William T., Patrick O. MACKEN, Charles M. BONJEAN e Judy CORDER (1983), "A note on sex, geographic mobility, and career advancement", Social Forces, Vol. 61, Nº 4, pp. 1138-1146
- MARQUES, Rafael, João Carlos GRAÇA e João PEIXOTO (1996), "Economia e Sociologia: a velha promessa revisitada", in J. M. Carvalho Ferreira *et al.* (Org.), Entre a Economia e a Sociologia, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-27
- MARTINELLI, Alberto e Neil J. SMELSER (1990), "Economic sociology: historical trends and analytic issues", in A. Martinelli e N.J. Smelser (Ed.), Economy and Society: Overviews in Economic Sociology, Londres, Sage, pp. 1-49
- MASSEY, Doreen (1984), Spatial Divisions of Labour - Social Structures and the Geography of Production, Londres, Macmillan Education
- MASSEY, Douglas S. *et al.* (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", Population and Development Review, Vol. 19, Nº 3, pp. 431-466
- MATOS, Cristina (1993), "Migrações: decisões individuais e estruturas sociais", SOCIUS Working Papers, ISEG, 5/93
- McKAY, John e James S. WHITELAW (1977), "The role of large private and government organisations in generating flows of inter-regional migrants: the case of Australia", Economic Geography, Vol. 53, Nº 1, pp. 28-44
- MUSGROVE, F. (1963), The Migratory Elite, Londres, Heinemann
- ÕNCÜ, Ayse (1990), "International labour migration and class relations", in A. Martinelli e N.J. Smelser (Ed.), Economy and Society: Overviews in Economic Sociology, Londres, Sage, pp. 175-201
- PETERSEN, William (1968), "Migration: social aspects", in International Encyclopedia of the Social Sciences, Nova Iorque, Macmillan and Free Press, Vol. 10, pp. 286-292
- PETERSEN, William (1975), "The general determinants of migration", in Population, Nova Iorque, Macmillan, pp. 279-334 (1961)
- PETRAS, Elizabeth McLean (1981), "The global labor market in the modern world-economy", in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 44-63
- PIORE, Michael (1977), "Alcune note sul dualismo nel mercato de lavoro", Rivista di Economia e Politica Industriale, Vol. 3, Nº 2, pp. 185-210

- PIORE, Michael J. (1979), Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies, Cambridge, Cambridge University Press
- PORTES, Alejandro (1981), "Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration", in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 279-297
- PORTES, Alejandro (1995b), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", in A. Portes (Ed.), The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 1-41
- PORTES, Alejandro (Ed.) (1995a), The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship, Nova Iorque, Russel Sage Foundation
- PORTES, Alejandro e József BÖRÖCZ (1989), "Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation", International Migration Review, Vol. 28, Nº 3, pp. 606-630
- PORTES, Alejandro e Julia SENSENBRENNER (1993), "Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action", American Journal of Sociology, Vol. 98, Nº 6, pp. 1320-1350
- PORTES, Alejandro e Saskia SASSEN (1987), "Making it underground: comparative material on the informal sector in Western market economies", American Journal of Sociology, Vol. 93, Nº 1, pp. 30-91
- RAVENSTEIN, Ernest G. (1885), "The laws of migration", Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 48, Part II, pp. 167-227
- RAVENSTEIN, Ernest G. (1889), "The laws of migration", Journal of the Royal Statistical Society, Vol. 52, Part II, pp. 241-301
- RODRIGUES, Maria João (1992), O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações, 2ª ed., Lisboa, Dom Quixote
- ROSE, Arnold M. (1970), "Distance of migration and socio-economic status of migrants", in C. Jansen, Readings in the Sociology of Migration, Oxford, Pergamon Press, pp. 85-91 (originalmente publicado em American Sociological Review, Vol. 23, 1958)
- ROSSI, Peter H. (1955), "Why families move", in P.F. Lazarsfeld e M. Rosenberg (Ed.), The Language of Social Research, Glencoe, The Free Press, pp. 457-468
- SALT, John (1983/1984), "High level manpower movements in Northwest Europe and the role of careers: an explanatory framework", International Migration Review, Vol. 17, Nº 4, pp. 633-652
- SALT, John (1987), "Contemporary trends in international migration study", International Migration, Vol. 25, Nº 3, pp. 241-251
- SALT, John (1989), "A comparative overview of international trends and types, 1950-80", International Migration Review, Vol. 23, Nº 3, pp. 431-456
- SANDEFUR, G.D. e W.J. SCOTT (1981), "A dynamic analysis of migration: an assessment of the effects of age, family, and career variables", Demography, Vol. 18, Nº 3, pp. 355-368
- SASSEN, Saskia (1991), The Global City: New York, London, Tokyo, Princeton, Princeton University Press
- SASSEN, Saskia (1994a), Cities in a World Economy, Thousands Oaks, Pine Forge Press
- SASSEN, Saskia (1994b), "Le complexe urbain et la mondialisation de l'économie", Révue Internationale des Sciences Sociales, UNESCO, 139
- SASSEN-KOOB, Saskia (1984), "Direct foreign investment: a migration push-factor?", Environment and Planning, C: Government and Policy, Vol. 2, pp. 399-416

- SAVAGE, Mike (1988), "The missing link? The relationship between spatial mobility and social mobility", British Journal of Sociology, Vol. 39, Nº 4, pp. 554-577
- SCHAEFFER, Peter (1985), "Human capital accumulation and job mobility", Journal of Regional Science, Vol. 25, Nº 1, pp. 103-114
- SJAASTAD, L. A. (1962), "The costs and returns of human migration", The Journal of Political Economy, Vol. 70, Nº 5, Part 2 (Supplement), pp. 80-93
- STOUFFER, S. (1940), "Intervening opportunities: a theory relating mobility and distance", American Sociological Review, Vol. 5, Nº 6, pp. 845-867
- STOUFFER, S. (1960), "Intervening opportunities and competing migrants", Journal of Regional Science, 2, pp. 1-26
- THOMAS, Brinley (1968), "Migration: economic aspects", in International Encyclopedia of the Social Sciences, Nova Iorque, Macmillan and Free Press, Vol. 10, pp. 292-300
- THOMAS, Dorothy Swaine (1938), Research Memorandum on Migration Differentials, Nova Iorque, Social Science Research Council, Bulletin 43
- WAGNER, Michael (1990), "Spatial determinants of social mobility in West Germany. An analysis with life history data for three cohorts", comunicação ao XII Congresso Mundial de Sociologia, Madrid, policop.
- WALDINGER, Roger (1994), "The making of an immigrant niche", International Migration Review, Vol. 28, Nº 1, pp. 3-30
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979), The Capitalist World Economy, Cambridge, Cambridge University Press
- WALLERSTEIN, Immanuel (1986), "Espaço económico", in Enciclopédia Einaudi, Vol. 7, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- WARNES, Tony (1992), "Migration and the life course", in T. Champion e T. Fielding (Ed.), Migration Processes and Patterns - Vol. I: Research Progress and Prospects, Londres, Belhaven Press, pp. 175-187
- ZIPF, Georges K. (1946), "The $P_1 P_2 / D$ hypothesis: on the intercity movement of persons", American Sociological Review, Vol. 11, Nº 6, pp. 677-680
- ZOLBERG, Aristide R. (1981), "International migrations in political perspective", in M.M. Kritz *et al.* (Ed.), Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 3-27
- ZOLBERG, Aristide R. (1989), "The next waves: migration theory for a changing world", International Migration Review, Vol. 23, Nº 3, pp. 403-430

Palavras-chave

Migrações, teorias das migrações, sociologia das migrações, sociologia económica

Key words

Migration, migration theory, sociology of migrations, economic sociology